

# MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM SÃO ROQUE/SP

<https://doi.org/10.5902/2318133875294>

Viviane da Silva Silveira<sup>1</sup>  
Paulo Gomes Lima<sup>2</sup>

## Resumo

O Plano Nacional de Educação estabeleceu que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm a incumbência de elaborar ou adequar seus planos correspondentes. Neste contexto, o objetivo desta pesquisa foi analisar o alcance das metas definidas no Plano Municipal de Educação de São Roque/SP, tendo em vista a avaliação quanto ao monitoramento e acompanhamento das ações realizadas para o cumprimento de suas respectivas estratégias e metas. A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, por meio de pesquisa documental e bibliográfica. Mediante a plataforma digital do *PNE em movimento*, notou-se a inexistência de informações precisas sobre o acompanhamento das metas do PME de São Roque/SP.

Palavras-chave: monitoramento; avaliação; educação; São Roque/SP.

## MONITORING AND EVALUATION OF EDUCATION IN SÃO ROQUE/SP

## Abstract

The National Education Plan establishes that the States, the Federal District and the Municipalities are responsible for preparing or adapting their corresponding plans. The objective of this research is to analyze the achievement of the goals defined in the Municipal Education Plan fulfillment of their respective strategies and goals. The methodology used was a qualitative approach, through documentary and bibliographical research. Through the digital platform of the *PNE em movimento*, among other documents, it was noted the lack of precise information on monitoring the goals of the PME of São Roque/SP.

Key-words: monitoring; assessment; education; São Roque/SP.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba, São Paulo, Brasil. E-mail: [vivi.dani.vi@hotmail.com](mailto:vivi.dani.vi@hotmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8996-7511>.

<sup>2</sup> Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba, São Paulo, Brasil. E-mail: [paulogl.lima@gmail.com](mailto:paulogl.lima@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8996-7511>.

Crerios de autoria: os autores, coletivamente, realizaram a concepção, criação e consolidação do artigo.

Recebido em 12 de abril de 2023. Aceito em 3 de agosto de 2023.



## Introdução

O Plano Nacional de Educação é um documento que possui força de lei, visto que estabelece metas a fim de assegurar o direito à educação de qualidade num Município, Estado ou país, dentro do prazo de dez anos. O tempo de duração do plano faz deste um instrumento pelo qual busca-se assegurar a continuidade das políticas públicas educacionais para além dos governos. Outro aspecto diz respeito à mobilização e colaboração dos entes federados, uma vez que as metas estão relacionadas a todos os níveis e etapas da educação.

A Constituição Federal (Brasil, 1988) e a LDB (Brasil, 1996), estabelecem o regime de colaboração entre os entes federados para organização da educação nacional. O Plano Nacional de Educação - PNE -, aprovado pela lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014 (Brasil, 2014), estabelece a responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no que se refere à elaboração ou adequação de seus planos de educação tendo como referência o plano nacional.

A partir da aprovação do PNE em 2014, os municípios tiveram um prazo de um ano para elaboração ou ajustamento de seus planos. Destaca-se que a elaboração dos planos municipais de educação deveria ocorrer com o envolvimento da população, bem como a revisão e seu monitoramento deve processar-se de forma democrática e participativa.

O município de São Roque/SP está localizado na Sub-região 2 da Região Metropolitana de Sorocaba - RMS. Considerando que em 2025 se encerra o prazo para o cumprimento das vinte metas estabelecidas no plano (São Roque/SP, 2015), destaca-se a relevância da organização, avaliação e monitoramento de suas metas, a fim de assegurar sua execução e cumprimento.

De acordo com o PME de São Roque/SP (São Roque/SP, 2015), o monitoramento das metas deverá ocorrer de forma contínua, com avaliações periódicas anuais. Por conseguinte, o intuito desta pesquisa foi analisar o alcance das metas definidas no PME de São Roque/SP, tendo em vista à avaliação quanto ao monitoramento e acompanhamento das ações realizadas para o cumprimento de suas respectivas estratégias e metas. Compreende-se que o acompanhamento sistemático do alcance das metas, requer monitoramento contínuo e avaliações periódicas, envolvendo as instâncias responsáveis e a participação democrática.

### **Diretrizes para avaliação e monitoramento dos planos municipais da educação a partir do PNE**

O MEC elaborou uma plataforma digital intitulada *PNE em movimento*, a fim de possibilitar o acesso ao público quanto as informações pertinentes ao status da abrangência das metas dos planos decenais, tanto em nível nacional, bem como estadual e municipal. No ano de 2016, foi publicado o *Caderno de orientações sobre monitoramento e avaliação dos PMES*, a fim de direcionar as etapas e processos de monitoramento e avaliação dos planos de educação. Este compreende quatro etapas, a saber: etapa 1: organizar o trabalho; etapa 2: estudar o plano; etapa 3: monitorar continuamente as metas e estratégias; etapa 4: avaliar o plano periodicamente. a ferramenta é composta, além disso de: agenda de trabalho, fluxo de monitoramento e fluxo de avaliação. (Brasil, 2016).

O site *PNE em movimento* apresenta quais Estados e municípios consentiram no tocante a adesão à assistência técnica para monitoramento e avaliação dos planos. Os dados dispostos no *website* demonstram que das 27 unidades federativas, 25 aderiram ao programa. No Estado de São Paulo, nota-se que de um universo de 645 municípios, 619 dispõem de adesão.

O município de São Roque/SP assentiu à adesão à assistência técnica para monitoramento e avaliação dos planos de educação. O termo de adesão foi reconhecido em 19 de abril de 2016. O termo consiste na formação, orientação e acompanhamento da comissão instituída para este fim, seguindo a metodologia do *Caderno de orientações para monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação*<sup>3</sup>.

No que concerne ao *PNE em movimento*, este apresenta os dados técnicos da comissão coordenadora por Estado e por município, mediante uma ficha técnica, logo observa-se que a comissão do Estado de São Paulo, que envolve a Secretaria da Educação, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, o Conselho Estadual de Educação, o Fórum Estadual de Educação, a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa. O Plano Estadual de Educação do Estado de São Paulo foi instituído pela lei n. 16.279, de 8 de julho de 2016 (São Paulo, 2016).

No que concerne aos referenciais que constam na ficha técnica alusiva ao município de São Roque/SP, localizada no portal *PNE em movimento*, apresenta a periodicidade da avaliação e o ato Legal de nomeação da comissão coordenadora e da equipe técnica, por meio da portaria n. 286/15, de 6 de março de 2015.

Por conseguinte, a ficha técnica demonstra a existência de uma equipe técnica responsável, porém a qualidade da digitalização prejudicou os dados do documento, visto estar fora do enquadramento, não sendo possível visualizar na íntegra os integrantes da equipe. A comissão coordenadora responsável do município de São Roque/SP divulgada na ficha técnica é descrita da seguinte forma, com seus segmentos e representantes.

Na página da internet do *PNE em movimento*, consta a agenda de trabalho da comissão coordenadora do Estado de São Paulo, contendo as etapas I, II, III e IV; junto com os respectivos prazos de cumprimento, responsável.

#### Quadro 1 -

##### Agenda de trabalho da comissão coordenadora.

Ação	Responsável	Prazo	Observação	Concluído em
I. Etapa - Organizar o Trabalho	Etapa 1: levantamento dos indicadores de todas as metas (quantitativas) Documento de atualização do diagnóstico. Etapa 2: definição da ordem de priorização das metas (de acordo com o prazo de cumprimento, percentual de atingimento e prioridade do gabinete) Ficha de Monitoramento	Responsável Equipe técnica	Prazo: 14/12/2016	Não informado ou em andamento

<sup>3</sup> O caderno de orientações pode ser encontrado em <http://pne.mec.gov.br/publicacoes/item/30-pne-em-movimento-caderno-de-orientacoes-para-monitoramento-e-avaliacao-dos-planos-municipais-de-educacao>.

II. Etapa - Estudar o Plano	Analisar e propor políticas públicas de âmbito estadual para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas; Divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet; Analisar e propor a revisão do percentual de investimento público estadual em educação, observado o disposto nos artigos 5 e 10 da Lei Federal n 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação; Avaliar a execução das metas e estratégias do PEE e subsidiar a elaboração do Plano Estadual de Educação para o decênio subsequente. A cada 2 (dois) anos, ao longo da vigência do PEE, os rgos estaduais realizarão e divulgarão estudos e pesquisas para aferir a evolução no cumprimento das metas e estratégias estabelecidas.	Equipe técnica	Prazo: 14/12/2016	Não informado ou em andamento
III. Etapa - Monitorar continuamente as metas e estratégias	Monitoramento e disseminação de dados e informações são indispensáveis para atender necessidade e o compromisso com a transparência; os indicadores evidenciam os problemas e os progressos; sinalizam a necessidade de correção de rumos ou a validação de ações implementadas. O monitoramento e a avaliação dos resultados ocorrerão conforme a disponibilidade das informações (anual ou bienal);	Equipe técnica	Prazo: 30/06/2017	Não informado ou em andamento
IV. Etapa - Avaliar periodicamente o plano	Balanço das informações levantadas e elaboração de documento sobre o atingimento das metas	Equipe técnica	Prazo: 30/06/2017	Não informado ou em andamento

Fonte: PNE em movimento (Brasil, 2016a)

A agenda de trabalho da comissão coordenadora do município de São Roque/SP pormenoriza em cada uma das etapas, as ações, os responsáveis, os prazos, inclusive detalha as ações no item observações, contudo, de igual modo no tópico concluído em, não apresenta uma data precisa de finalização.

#### Quadro 2 -

1ª etapa - organizar a agenda de trabalho da comissão coordenadora do município de São Roque/SP.

Ação	Responsável	Prazo	Observação	Concluído em
Reunião com a Equipe Técnica Divisão de tarefas	José Weber Freire Macedo Eliana Rodrigues da S. Blanco Gisele Daniela Fandi Graziane Portes Martins Graziella Camargo dos Santos Helen Matos P. de Almeida Isabel C. Cavichioli Bianchi Jailton Nunes de Almeida Marcia Ap. de Moraes	22/05/2018	Exposição da metodologia dos trabalhos propostos pela avaliadora educacional MEC/Sase/Undime Divisão da equipe técnica em grupos de trabalho de acordo com as diretrizes e metas do PME.	Não informado ou em andamento

Reunião de formação com Municípios na sede da UNDIME em parceria com a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo (SP)	Equipe Técnica do Departamento de Educação: Marisol Garcia Cavalheiro Marlene Teodoro Oliveira Membro do Conselho Municipal de Educação: Marisa Misael Barbosa	30/07/2016	Orientação para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação	Não informado ou em andamento
Reunião de formação com Municípios na sede da UNDIME em parceria com a Secretaria Estadual de Educação de SP	Equipe Técnica do Departamento de Educação: Marisol Garcia Cavalheiro Marlene Teodoro Oliveira	31/07/2016	Oficinas e práticas para preenchimento das Fichas de Monitoramento e Avaliação Trabalho em grupo Socialização	Não informado ou em andamento
Reunião com a Comissão de coordenação discussão do PME e Equipe Técnica do Departamento de Educação	Diretor do Departamento de Educação Wilson de M. Rosa Filho. Chefe de Divisão do Ensino Infantil Isabel Cristina P. Gonçalves. Chefe de Divisão do Ensino Fundamental Gabriela Paolillo Alonso Equipe Técnica do DE. Marisol Garcia Cavalheiro Marlene Teodoro Oliveira	02/09/2016	Socialização da Formação realizada pela UNDIME e organização inicial dos trabalhos de monitoramento do PME no município	Não informado ou em andamento

Fonte: *PNE em movimento (Brasil, 2016a)*

Como se pode notar no quadro acima, a 1ª etapa representa a organização do trabalho e concentra-se em reuniões de divisão de tarefas, de formação na sede da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e com a comissão de coordenação de discussão do PME e a equipe técnica do Departamento de Educação.

Ao analisar a etapa 1, observa-se que a equipe técnica do Departamento de Educação - DE -, estava envolvida de forma sistemática nas reuniões e formações. Noutro momento, também os chefes de divisão, tanto do infantil, quanto do fundamental do DE e numa única ocasião menciona-se a participação de um membro do CME/SR.

A 2ª etapa da agenda de trabalho da comissão coordenadora do município de São Roque/SP, correspondeu a estudar o plano.

### Quadro 3 -

#### 2ª Etapa - Estudar a agenda de trabalho da comissão coordenadora do Município de São Roque/SP.

Ação	Responsável	Prazo	Observação	Concluído em
Busca de dados Análise dos dados	Sílvia Maria Splendore Vivian Elena S. Benite Marcia Ap. de Moraes	29/05/2018	1-2-3 Universalização da demanda 5-7-9 Alfabetização e Aprendizagem Formulação de ofícios para Entidades com a finalidade de buscar dados atualizar e analisar os dados	Não informado ou em andamento

Busca de dados Análise dos dados	Helen Matos P. de Almeida Isabel Cristina Cavichioli Graziella C. dos Santos	05/06/2018	4 Educação especial 8 Escola de campo e diversidade Formulação de ofícios para Entidades Atualizar e analisar os dados	Não informado ou em andamento
Busca de dados Análise dos dados	Gisele Daniela Fandi Graziane Portes Martins Jailton Nunes de Almeida	05/06/2018	6 - Educação Tempo Integral 10-11 EJA (Alfabetização e Educação Profissional no Ensino Médio) Formulação de ofícios para Entidades Atualizar e analisar os dados	Não informado ou em andamento
Reunião com membros do Conselho Municipal de Educação - CME Divisão de tarefas	Marisol Garcia Cavalheiro	12/06/2018	12-13-14 Ensino Superior Formulação de ofícios para Entidades Atualizar e analisar os dados.	Não informado ou em andamento
Reunião com membros do Conselho Municipal de Educação - CME Divisão de tarefas	Marisol Garcia Cavalheiro	14/06/2018	Exposição da metodologia dos trabalhos proposto pela avaliadora educacional MEC/Sase/Undime.	Não informado ou em andamento
Reunião com membros do Conselho Municipal de Educação - CME Divisão de tarefas	Silvia Maria Splendore Gisele Daniela Fandi Maria C. A. de M. Silva José Webber Freire Macedo Marisol Garcia Cavalheiro	19/06/2018	15 e 16 Formação 17 e 18 Valorização e Plano de Carreira Formulação de ofícios para Entidades Atualizar e analisar os dados 19 e 20 Gestão Democrática Financiamento Atualizar e analisar os dados.	Não informado ou em andamento
7. Estudo do PME Meta 8 - Escola de campo e diversidade	Diretor do DE Wilson de Moraes R. Filho. Chefe de Divisão do Ensino Fundamental Gabriela Paolillo Alonso. Marcos Roberto Noggerini Elizabeth C. Martins	20/10/2016	Análise e discussão das estratégias: -avanços; - dificuldades; - necessidades	Não informado ou em andamento
1. Reunião de organização dos trabalhos de estudo e divisão de tarefas com os responsáveis pela discussão das metas nos fóruns locais de discussão	Diretor do DE Wilson de Moraes R. Filho. Chefe de Divisão do Ensino Infantil Isabel Cristina P. Gonçalves Chefe de Divisão do Ensino Fundamental Gabriela Paolillo Alonso. Equipe Técnica do DE. Marisol Garcia Cavalheiro Marlene Teodoro Oliveira Silvia Maria Splendor	21/09/2016	Análise e discussão das estratégias: -avanços; - dificuldades; - necessidades.	Não informado ou em andamento
8. Estudo do PME Metas 15 e 16 Formação 17 e 18 Valorização e Plano de Carreira	Diretor do DE Wilson de Moraes R. Filho. Chefe de Divisão do Ensino Infantil Isabel Cristina Pezzotta Gonçalves. Chefe Administrativo Aline Oliveira Pedroso de Moraes	25/10/2016	Análise e discussão das estratégias: -avanços; - dificuldades; - necessidades	Não informado ou em andamento
Divisão de tarefas de monitoramento das metas seguindo os mesmos critérios de responsabilização dos responsáveis pela discussão nos fóruns locais que	Diretor do DE Wilson de Moraes R. Filho. Chefe de Divisão do Ensino Infantil Isabel Cristina P. Gonçalves Chefe de Divisão do Ensino Fundamental Gabriela Paolillo Alonso Equipe Técnica do DE. Marisol Garcia Cavalheiro	14/09/2016		Não informado ou em andamento

ocorreram no município	Marlene Teodoro Oliveira Silvia Maria Splendor			
3. Estudo do PME Metas 5-7 e 9 Alfabetização e Aprendizagem	Diretor do DE Wilson de Moraes Rosa Filho. Chefe de Divisão do Ensino Fundamental Gabriela Paolillo Alonso. Equipe Técnica Pedagógica do DE Marisol Garcia Cavalheiro Marlene Teodoro Oliveira Silvia Maria Splendor	28/09/2016	Análise e discussão dos resultados de avaliações internas e externas: -avanços; -dificuldades e necessidades	Não informado ou em andamento
4. Estudo do PME Meta 6 Educação em tempo Integral	Diretor do DE Wilson de Moraes Rosa Filho. Chefe de Divisão do Ensino Infantil Isabel Cristina Pezzotta Gonçalves. Chefe de Divisão do Ensino Fundamental Gabriela Paolillo Alonso. Equipe Técnica Pedagógica do DE Marisol Garcia Cavalheiro Marlene T Oliveira Dircelene S	05/10/2016	Análise e discussão das estratégias: -avanços; -dificuldades; - necessidades	Não informado ou em andamento
5. Estudo do PME Metas 10 e 11 EJA (Alfabetização e Educação Profissional no Ensino Médio)	Chefe de Divisão do Ensino Fundamental Gabriela Paolillo Alonso. Supervisores Dircelene Segura Santos Rute Aparecida Pontes Assistente Técnico Pedagógico do DE Marlene Teodoro Oliveira	07/10/2016	Análise e discussão das estratégias: -avanços; -dificuldades; - necessidades	Não informado ou em andamento
6. Estudo do PME Meta 4 Educação especial	Diretor do DE Wilson de Moraes Rosa Filho. Chefe de Divisão do Ensino Infantil Isabel Cristina Pezzotta Gonçalves. Chefe de Divisão do Ensino Fundamental Gabriela Paolillo Alonso. Técnicos da Educação Especial Maria C. Valente Vidal Eliana Silveira Rodrigues Selma de Ft	18/10/2016	Análise e discussão das estratégias: -avanços; -dificuldades; - necessidades	Não informado ou em andamento

Fonte: *PNE em Movimento (Brasil, 2016a)*

As ações elencadas e descritas acima, referentes a 2ª etapa na agenda de trabalho, levam em conta a busca e análise de dados; reunião e divisão de tarefas nos fóruns de discussão; estudo do PME detalhadamente por metas. Nos dias 14/06 e 19/06/2018, observa-se o envolvimento e participação do CME/SR em reuniões, divisão de tarefas, exposição da metodologia dos trabalhos. Outro dado revelado na agenda é em relação ao ano, visto que apresenta procedimentos em 2016 e, em seguida salta para 2018. É possível que os trabalhos tenham cessado e posteriormente foram retomados, situação observada também na etapa 1 e que se repetem nas demais etapas, 3 e 4. Ademais, a partir de 2019 não há qualquer referência de ação de monitoramento.

A seguir, se detalha a 3ª etapa do trabalho, relacionada ao monitoramento contínuo das metas e estratégias.

## Quadro 4 -

3ª etapa - monitorar continuamente as metas e estratégias de trabalho da comissão coordenadora do município de São Roque/SP.

Ação	Responsável	Prazo	Observação	Concluído em
Coleta de dados Análise Preenchimento da parte B e C do documento.	Helen M. P. Almeida Isabel C. Cavichioli Graziella C. dos Santos Metas: 1-2-3 5-7-9 Gisele Daniela Fandi Graziane P. Martins Jailton N. de Almeida	26/06/2018	Preenchimento da parte B e C do documento.	Não informado ou em andamento
Coleta de dados Análise Preenchimento da parte B e C do documento	Silvia Maria Splendore Vivian Elena Silveira Benite M.A.de Moraes Marlene T. de Oliveira metas:4 6 8 10-11 Gisele Daniela Fandi Graziane P. Martins Jailton N. de Almeida	26/06/2018	Preenchimento da parte B e C do documento.	Não informado ou em andamento
Coleta de dados Análise Preenchimento da parte B e C do documento.	Marisol G. Cavalheiro Sílvia M. Splendore Marlene T. de Oliveira metas:12-13-14 15/16	03/07/2018	Preenchimento da parte B e C do documento	Não informado ou em andamento
Coleta de dados Análise Preenchimento da parte B e C do documento. Metas: 12-13-14 15/16 17 e 18 19-20	Gisele Daniela Fandi Maria C. A. de M. Silva José Webber F. Macedo Marisol G. Cavalheiro metas:17 e 18 19-20	03/07/2018	Preenchimento da parte B e C do documento.	Não informado ou em andamento
1. Coleta de dados atualizados através de busca ativa e pesquisa específicos que contribuirão para monitorar a meta e estratégias.	Membros do DE e responsáveis pelas pastas para a coleta atualizada de dados Responsáveis indicados por ocasião da elaboração e condução dos trabalhos nos fóruns locais Técnicos do departamento de Educação	08/11/2016	Pesquisa - definir indicadores e fontes para cada meta mensurável. Para metas sem indicadores possíveis, preparar Notas Técnicas. Elaboração de relatório e preenchimento das Fichas de monitoramento.	Não informado ou em andamento

Fonte: *PNE em Movimento (Brasil, 2016a)*

Observa-se que na 3ª etapa, as ações consideram a coleta de dados e análise, além de preenchimento da parte B e C do documento. Conforme representado na agenda acima, no ano de 2018, os responsáveis realizaram o preenchimento da ficha de monitoramento partes B e C, referente as 20 metas estabelecidas no PME de São Roque/SP, todavia, estes dados não estão disponíveis no site *PNE em Movimento*.

## Quadro 5 -

4ª etapa: avaliar periodicamente o plano/agenda de trabalho da comissão coordenadora do município de São Roque/SP.

Ação	Responsável	Prazo	Observação	Concluído em
Consulta Pública	Comissão Coordenadora CME	25/08/2018		Não informado ou em andamento



Envio do Documento ao Secretário Municipal de Educação	Equipe técnica/CME Marisol Garcia Cavalheiro	28/08/2018	Preparação da Audiência Pública/Conferência	Não informado ou em andamento
Reunião com o CME Sistematização de informações.	Marisol Garcia Cavalheiro	10/08/2018	Apresentação dos resultados da pesquisa Elaboração Documento final	Não informado ou em andamento
Sistematização de informações	Marisol Garcia Cavalheiro	21/08/2018	Elaboração do Documento final	Não informado ou em andamento
O Secretário Municipal valida o Relatório e o encaminha a Comissão Coordenadora, para análise e aprovação	José Weber Freire Macedo	04/09/2018	Preparação da Audiência pública	Não informado ou em andamento
Reunião Comissão Coordenadora	Todos os membros nomeados por meio da Portaria n 587 de 18 de maio de 2017	11/09/2018	Preparação da Consulta Pública/Conferência	Não informado ou em andamento
Divulgação de dados para a Comissão Coordenadora e Equipe técnica	Comissão Coordenadora CME	18/09/2018	Preparação da Consulta Pública/Conferência	Não informado ou em andamento
1. Reunião com o Conselho Municipal com apresentação inicial dos resultados prévios e necessidade de redistribuição dos trabalhos. 2. Necessidade de redimensionar as estratégias e prazos para as Metas 19 e 20.	Diretor do DE Wilson de Moraes R. Filho. Assistente Técnico Educacional Marisol G. Cavalheiro Membros dos Conselhos Municipais de Educação: CME Cascfundeb	21/11/2016	Necessidade de: Redefinir grupo de trabalho, Instauração de Fórum Municipal de Educação Notas Técnicas pela nova administração	Não informado ou em andamento

Fonte: *PNE em Movimento (Brasil, 2016a)*

A 4ª etapa correspondeu a avaliar periodicamente o plano. Dentre as ações estabelecidas, contemplou-se a consulta pública; sistematização de informações; validação de relatório por meio do secretário municipal e encaminhamento a comissão coordenadora, para análise e aprovação. Nota-se, no quadro 5, o envolvimento dos responsáveis na elaboração de relatório descrito como documento final e na preparação para consulta pública, no ano de 2018. Também consta a elaboração da portaria n. 587, de 18 de maio de 2017, de nomeação dos membros da comissão coordenadora.

### **Experiências sobre o monitoramento e a avaliação dos planos de educação**

A Diretoria de Cooperação e Planos de Educação - Dicope - e Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino - Sase -, do MEC, desde 2016 prepararam e implantaram, por meio da rede de assistência técnica para os planos de educação, uma metodologia que viabiliza aos entes federados coordenar e efetivar os processos de monitoramento e avaliação de seus planos. O *Caderno de orientações para*

*monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação* (2016) que é um documento organizado a fim apoiar os municípios neste processo de monitoramento e avaliação, apresenta quatro etapas sugeridas, descritas a seguir.

#### Etapa 1: organizar o trabalho

O primeiro passo é confirmar se o plano em vigência define ou não instancias responsáveis pelo monitoramento e avaliação. Levando em conta a autonomia local:

a) municípios que já possuíam comissões e equipes técnicas determinadas por ato legal (lei orgânica do município ou outros instrumentos, tais como leis, decretos, portarias, resoluções etc.) com esta responsabilidade, a exemplo dos conselhos ou fóruns municipais de educação, secretarias municipais de educação, comissão de educação do Poder Legislativo, dentre outras;

b) municípios que passaram a ter estas instâncias definidas nas leis dos seus planos de educação; e

c) municípios que não previram essas instâncias em qualquer ato legal.

Em caso de não haver instâncias responsáveis definidas, sugere-se que a Secretaria de Educação considere os integrantes da comissão coordenadora responsável por organizar o processo de elaboração ou adequação e a equipe técnica que o assessorou.

Recomenda-se que a Secretaria de Educação componha uma equipe técnica para atuar no levantamento e na sistematização de dados e informações relativas ao plano. É imperativo que o CME e o Fórum Municipal de Educação participem da comissão. Além disso, que todos os envolvidos estejam articulados e a par de suas funções.

Em seguida, é fundamental selecionar os instrumentos de coleta de dados com o propósito de produzir informações para o monitoramento e, os relatórios de avaliação. Apresenta-se a ficha de monitoramento do plano municipal de educação, organizada em três etapas de trabalho propostas: organizar o trabalho; estudar o plano; e monitorar continuamente as metas e estratégias.

#### Etapa 2: estudar o plano

A segunda parte do trabalho sugere à equipe técnica uma releitura do plano, relacionando as metas e as estratégias cronologicamente, facilitando a consulta e controle dos processos de execução. Este momento recomenda a utilização da Parte B da Ficha de monitoramento do plano.

Destaca-se a relevância da organização cronológica, visto que o processo de monitoramento e avaliação deve produzir aportes para a elaboração dos instrumentos de planejamento orçamentário a serem executados em anos futuros, considerando as metas do plano de educação. As metas previstas nos planos municipais são, em via de regra, decenais, sendo atribuição dos dirigentes efetivar parte do alcance no decorrer do seu período de gestão. É imprescindível a articulação dos planos de educação com os demais instrumentos de planejamento utilizados na gestão pública, levando em conta o ciclo de planejamento público apresentado a seguir.

Figura 1 -

Disposição dos Planos de Educação e dos Planos Plurianuais de Governo (PPA) na linha do tempo.



Fonte: *PNE em Movimento*.

Os recursos necessários para execução das metas deverão compor os orçamentos da União e dos estados a fim de dar apoio técnica e financeiramente aos municípios por toda vigência do plano. Na prefeitura, instrumentos de planejamento precisarão ser vinculados ao plano decenal de educação: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias, lei orçamentária anual, plano de ações articuladas, entre outros.

Etapa 3: monitorar continuamente as metas e estratégias

É necessário que a sociedade esteja ciente das metas atingidas e das estratégias realizadas, assegurando a transparência das ações e o controle social do plano. Assim sendo, um dos instrumentos utilizados com a finalidade de aferir a evolução da meta é o indicador.

Para cada meta, o indicador deveria ter sido definido durante o processo de elaboração ou adequação do plano, ou aqueles sugeridos no portal *PNE em Movimento*, nota-se a existência de planos com metas elaboradas utilizando indicadores e fontes sugeridos pelo Ministério da Educação; planos com metas elaboradas que dependem de indicadores e fontes próprios do município; planos com metas elaboradas de forma genérica, para as quais não existe possibilidade de estabelecer indicadores mensuráveis.

Estabelecidos os indicadores e as fontes de dados, a equipe técnica poderá encarregar-se de preencher a Parte C da ficha de monitoramento.

Etapa 4: avaliar o plano periodicamente

Os planos municipais aprovados devem dispor de um mecanismo que determine o período de avaliação. Nessa direção, os relatórios anuais de monitoramento efetuados pela comissão coordenadora deverão ser analisados, pela equipe técnica, a fim de elaborar a avaliação do plano municipal de educação - versão preliminar.

A seguir, da elaboração da versão preliminar do modelo propositivo de avaliação do Plano Municipal de Educação, a equipe técnica encaminhará a secretaria municipal de educação para análise e debate, tal como nos ciclos anuais de monitoramento,

compreendendo os avanços ou não e, a posteriori autenticando o trabalho técnico da equipe responsável; e enviando oficialmente, a *Avaliação do plano municipal de educação - versão preliminar* à comissão coordenadora para análise e aprovação.

A versão preliminar poderá ser usada para debate nas audiências públicas de avaliação dos resultados atingidos, podendo surgir a partir disso sugestões para a alteração da lei do plano. Compete ao dirigente municipal, as unidades de ensino, às equipes técnicas da prefeitura, os parlamentares e as representações da sociedade estar atentos e prontos para o debate.

Desde a instituição do plano, é fundamental o monitoramento de sua execução, reforçando o processo com avaliações periódicas. A agenda de trabalho pode se subdividir com base nos processos de organização de cada um dos grupos envolvidos: agenda de trabalho do processo de monitoramento e avaliação do plano de educação. A questão primordial é não deixar para o término da vigência do plano para realizar a análise das metas que não foram alcançadas.

Por conseguinte, foi selecionado um relato de experiência, de abordagem descritivo/reflexiva, da Coletânea de Relatos de Experiência sobre o Monitoramento e a Avaliação dos planos de Educação (Brasil, 2016b), que apresenta o trabalho realizado pela rede de assistência técnica da Dicope/Sase/Mec, no período de 2016 e 2018, no acompanhamento de grupos de municípios do Rio Grande do Sul, sob a ótica dos processos formativos para o direcionamento e execução das ações de monitoramento e avaliação dos PMEs.

O relato é a experiência de um sujeito como Avaliador Educacional (AE) supervisor, descreve que devido a troca de dirigentes e restrição de despesas em virtude da conjuntura política dos municípios, foi necessária adequação dos planejamentos. As atividades formativas desenvolvidas para o monitoramento de avaliação dos PMEs, ocorreram pontualmente com a participação dos municípios de forma presencial.

No que se refere a participação dos municípios nas formações presenciais, sendo um grupo de 34 (trinta e quatro) municípios atendidos, mesmo diante das mínimas ausências, notou-se algumas dificuldades, dentre as quais: redução de despesas; convergência de agendas; necessária sensibilização da importância da tarefa; falta de conhecimento sobre a dinâmica da participação popular e democrática, imprescindível a elaboração e acompanhamento desses documentos, entre outros.

A primeira etapa da metodologia desenvolvida com as equipes técnicas, consiste na organização do trabalho, evidenciou-se que alguns municípios já contavam com FMEs (Fóruns Municipais de Educação), formados desde o período de elaboração dos PMEs. Porém, a grande maioria foi compelida a instituir a partir da aprovação do PME.

A segunda etapa da metodologia que compreende o estudo do PME, empreendeu grandes esforços, visto que o movimento de aprofundar o estudo de cada meta e suas estratégias, levou também a outro extremamente necessário, a relação destas com às previsões orçamentárias.

As secretarias de educação tiveram que entrar em contato com documentos que ficavam em geral, no conhecimento e no domínio de outras pastas. No momento de preencher a ficha de monitoramento com base no estudo realizado, muitos municípios encontraram-se num cenário definitivamente alarmante, uma vez que para algumas estratégias não havia previsão orçamentária, impossibilitando a execução das metas nos

prazos previstos. Logo, precisa haver diálogo das secretarias de educação com as demais, apontando que o planejamento financeiro do município necessita estar fortemente alinhado aos PMEs, prevendo orçamento adequado ao cumprimento das metas.

A terceira etapa da metodologia refere-se ao monitoramento contínuo das metas. A fim de cumprir essa tarefa, as equipes técnicas tiveram que recorrer aos dados produzidos por fontes oficiais e locais. O fator limitante do trabalho foi propriamente a dificuldade no levantamento de dados, levando em conta a periodicidade com que as fontes oficiais são produzidas, por exemplo, o Censo Populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cada dez anos, o que inviabiliza a análise atual do avanço das metas. Em contrapartida, os dados locais, raramente convergem com os dados oficiais, em função de serem organizados baseado em metodologias variadas em espaços-tempo também distintos.

A quarta etapa da metodologia diz respeito à avaliação periódica do PME. Observa-se algumas correlações entre os municípios, tais como: a necessidade de esforços para a mobilização de sujeitos para um processo que deveria envolver representações plurais; falta de envolvimento das demais redes de ensino; as consultas públicas nem sempre são consideradas.

Apesar de suas especificidades, os municípios enfrentam situações bastantes semelhantes. Entre as dificuldades apresentadas, a saber: o preenchimento dos instrumentos de planejamento e a articulação e mobilização dos representantes das instituições para o trabalho, entre outras.

Do prisma das equipes técnicas, destaca-se o relato de um dos participantes referentes as formações presenciais:

Técnico 6: O trabalho de orientação e assessoria foi de fundamental importância para a elaboração, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação do meu município. Os encontros de formação nos deram segurança e direção ao trabalho, além da importância da troca de experiência. (Brasil, 2016b).

No tocante as percepções tanto da Rede de Assistência Técnica, quanto das equipes técnicas dos municípios, consideram-se a relevância dos processos formativos desenvolvidos, viabilizando aos municípios a oportunidade de uma melhor apropriação da metodologia e articulação quanto aos princípios norteadores do planejamento da política pública.

### **Os relatórios dos ciclos de monitoramento do PNE e o recorte do município de São Roque/SP**

*a) Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento de Metas do PNE: Biênio 2014 - 2016 e os resultados do PME do município de São Roque/SP*

O documento Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento de Metas do PNE: Biênio 2014 - 2016 (Brasil, 2016), desenvolvido pelo Inep, viabiliza informações sobre o panorama das metas do PNE para o respectivo período. Vale ressaltar que as metas estabelecidas são de responsabilidade conjunta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Além disso, destaca-se que os PMEs deveriam estar em consonância com o

PNE e alinhados com os PEEs. A seguir, apresenta-se brevemente as 20 metas estabelecidas e os desdobramentos na delimitação de tempo mencionada, conforme documento supracitado:

**Meta 1:** universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Refere-se a universalização da pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos e a ampliação do acesso à Educação infantil em creches para crianças de até 3 anos de idade. Sendo que, o primeiro deveria ser cumprido até 2016 e o segundo até o término do período de duração do PNE, em 2024 (Brasil, 2016).

O acesso das crianças de 4 a 5 anos teve uma expansão, de 72,1%, em 2004, para 89,6%, em 2014. O atendimento as crianças de até 3 anos obteve também um crescimento chegando em 33,3%, em 2014, porém observa-se, um certo distanciamento da meta mínima de 50%, até 2024.

**Meta 2:** universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

A meta diz respeito a universalização do acesso ao ensino fundamental (EF) e a conclusão na idade recomendada. Em 2014, a população de 6 a 14 anos cursando ou que já havia concluído o EF alcançou 97,7%, isto é, os dados apontam que estava quase universalizado. O público de 16 anos, em 2014, com pelo menos o EF concluído teve um alcance de 74,3%, sendo que a meta é 95%, para 2024.

**Meta 3:** universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

A meta 3 se refere a universalização do acesso à escola e ampliação para 85% do acesso ao ensino médio (EM) para a população de 15 a 17 anos. O panorama aponta que ainda há um difuso trajeto para que a meta seja atingida. Embora haja avanços no quesito adequação idade-série, o cumprimento da meta demanda esforços consideráveis.

**Meta 4:** universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

A meta 4 corresponde a universalização do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado (AEE) para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades ou superdotação. Recomenda-se que o atendimento educacional a essa população ocorra preferencialmente na rede regular de ensino, “[...] com a garantia de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.” (Brasil, 2016, p. 97).

Em 2015, 88,4% (633.158) das matrículas desse público alvo situava-se em classes comuns. Perfazendo um acréscimo das matrículas em classes comuns em todas as redes, das quais: redes estaduais (96,1%, em 2015), municipais (95,8%, em 2015), rede federal (73,4%, em 2015) e privada (41,0%, em 2015).

Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Os dados coletados na ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização) em 2014 expressam que 78% e 76% dos estudantes matriculados no 3º ano do ensino fundamental encontram-se à frente do nível básico nas escalas. Contudo, os resultados apresentados demonstram que mais de 22% dos estudantes necessitam melhorar os níveis de proficiência em Leitura, Escrita e Matemática.

Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

A meta 6 destina-se à ampliação do tempo de permanência dos estudantes matriculados nas escolas públicas. Em 2015, os resultados das matrículas em escolas de tempo integral na etapa da educação infantil apontam um percentual de 28,9%, ou seja, acima da meta de 25%. No tocante, as escolas com ao menos uma matrícula em tempo integral: anos finais do ensino fundamental (56,4%), ultrapassou a meta; anos iniciais do ensino fundamental (45,8%); ensino médio (29,2%) e educação infantil (27,4%).

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb.

Tabela 1 -

Índice de desenvolvimento da educação básica, por etapa.

Etapa	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Fonte: Brasil (2014).

A análise das trajetórias das duas dimensões do Ideb, taxa de aprovação e desempenho dos alunos, demonstra aumento da taxa de aprovação, no entanto, estagnação na aprendizagem (proficiência média) dos alunos do 9º ano do EF e declínio no desempenho dos alunos do 3º ano do EM. No mesmo período, as médias de proficiência em Língua Portuguesa (leitura) e em Matemática sinaliza estagnação e diminuição da média de proficiência, para os alunos do 9º ano do EF, enquanto, para os alunos do 3º ano do EM, houve queda das médias de proficiência nas duas áreas.

Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados ao IBGE.

A meta 8 destina-se a ampliação da escolaridade média de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos de idade. Em 2014 manteve-se o aumento da escolaridade média para todos os grupos. Todavia, os jovens residentes no campo e os 25% mais pobres apresentaram a menor escolaridade média em 2014.

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

A Meta 9 visa elevar a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais até 2015 para 93,5% e, até o final da vigência do PNE erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

A taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais, passou de 88,5%, em 2004, para 91,7%, em 2014. No que concerne à taxa de analfabetismo funcional observa-se uma redução do percentual de 24,4%, em 2004, para 17,6%, em 2014.

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

A meta 10 diz respeito a ampliação da escolarização de jovens e adultos (EJA) e, capacitação profissional, a fim de preparar para atuar no mercado de trabalho. No Brasil o número de matrículas da EJA (Educação de Jovens e Adultos) integrada à educação profissional em 2008 era de 20.345, chegando em 2015 a 106.454, isto é, representa aumento de 86.109 matrículas.

Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

O número de matrículas em educação profissional técnica (EPT) de nível médio no Brasil teve um acréscimo que foi de 1.129.584, em 2008, para 1.826.289, em 2015. As matrículas em EPT de nível médio no seguimento público, que é o segundo aspecto desta meta, demonstra que o número de matrículas foram de 666.161 para 978.050, um aumento de 311.889 matrículas.

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Houve um aumento em todo o Brasil da taxa bruta de matrícula na educação superior, visto que passou de 18,6%, em 2004, para 32,1%, em 2014. Com relação à ampliação do acesso da população de 18 a 24 anos, o número de jovens em 2004 que tiveram acesso à graduação era de 12,3%, sendo 18,8%, em 2012, aumentou para



21,2%, em 2014. Quanto à participação média mínima de 40% das IES na expansão total de matrículas, entre 2004 e 2014, o crescimento total de matrículas nos cursos de graduação fez um total de 3,6 milhões.

Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

A meta 13 objetiva a ampliação de mestres e doutores nas instituições de educação superior (IES). Em 2014, o percentual de docentes com mestrado ou doutorado compreendeu 73,4% e o de docentes com doutorado foi de 35,5%.

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

A Meta 14 visa a ampliação do número de titulados em cursos de pós-graduação stricto sensu. Em 2014, no Brasil houve a titulação de 51.527 mestres e de 17.048 doutores, atingindo o percentual de 85,9% e 68,2% da meta.

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

A Meta 15 evidencia a garantia de formação específica em nível superior, de todos os professores da educação básica, na área de conhecimento em que atuam, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Em 2015, o percentual de professores com formação superior na educação básica compatível com a disciplina que lecionam foi de 52,5%. A etapa com maior percentual foi o ensino médio com 56,6%. Os anos iniciais do EF, com 55,7%; os anos finais do EF (47,0%) e a educação infantil (44,6%).

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

A meta 16 diz respeito a formação em nível de pós-graduação professores da educação básica e assegurar a formação continuada a todos os profissionais da educação básica em sua área de atuação. No Brasil, em 2015, 32,9% dos professores possuíam pós-graduação, sendo a maior parte (31,4%) lato sensu. Em 2012, o percentual de professores que realizaram cursos de formação continuada era de 29,4% e, em 2015, de 31,4%.

Meta 17: valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

A meta 17 tem como foco a equiparação do rendimento médio dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente. O salário médio de professores da educação básica da rede pública (não federal) e o de não professores com escolaridade equivalente, era 59,3% em 2004 e de 81,6% em 2014.

Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

A meta 18 refere-se a garantia de planos de carreira (PCR) para os profissionais da educação e remuneração em todos os sistemas de ensino e que todos os planos cumpram com o piso salarial nacional profissional estabelecido na Lei n. 11.738/2008 (BRASIL, 2008).

Os dados coletados informam que em 2016, mais da metade dos municípios (64%), não havia informado a conjuntura de seu PCR ao Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC). Ademais, 22% mencionaram ter o PCR e considerar a Lei n. 11.738/08 (BRASIL, 2008). Os demais municípios (14%) não possui PCR ou possui e não efetua as exigências do piso nacional.

Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

A meta 19 diz respeito a gestão democrática no âmbito das escolas públicas. A escolha de diretores escolares no Brasil predominante refere-se à indicação (política, técnica, outros), o processo de seleção e eleição em apenas 12,2% das escolas. Com relação a elaboração do projeto político-pedagógico da escola, houve a participação da equipe escolar, contudo a de pais e alunos não ocorreu. Portanto, 89,1% das escolas declaram contar com a equipe escolar no desenvolvimento do projeto pedagógico. O apoio financeiro por meio de programas federais chega a mais de 90,0% das escolas. Dos governos estaduais (47,6%) e municipais (50,0%) e de empresas ou doadores individuais (14,2%). O apoio da comunidade está presente em mais de 90,0% das escolas, o de instâncias superiores ocorre em 88,3% e as interferências externas em 35,3%.

Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

A Meta 20 tem por finalidade a elevação dos investimentos em educação considerando o alcance de, no mínimo, 7% do Produto Interno Bruto (PIB), até 2019 e 10% até 2024. De 2013 a 2014 o investimento público total em educação permaneceu em 6,0% do PIB. O investimento público apresentou um crescimento real de 130,4% nesse mesmo período, totalizando R\$ 343,8 bilhões em 2014.

No tocante ao PME de São Roque/SP e suas 20 metas estabelecidas (SÃO ROQUE/SP, 2015), em 2016, iniciou-se as primeiras tentativas de monitoramento das metas conforme observa-se na agenda de trabalho e nas atas do CME de São Roque/SP

(CME/SR). No entanto, as atas demonstram que sem sucesso, devido ao cancelamento das sessões por ausência de quórum. Além disso, o *website* “PNE em movimento” não apresenta relatório de acompanhamento das metas do PME do município de São Roque/SP.

*b) Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento de Metas do PNE: 2018 e os resultados do PME do município de São Roque/SP*

O Inep otimizou o documento Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2018 (Brasil, 2019), a fim de oportunizar a visibilidade de informações sobre a perspectiva das metas do PNE (Brasil, 2014) para o ciclo. As 20 metas estabelecidas, estão descritas na íntegra no item: a, anterior a este, os demais ciclos apresentarão tão somente os desfechos das etapas. Em seguida, aponta-se as 20 metas de modo sintético, conforme Relatório do 2º Ciclo (Brasil, 2019):

**Meta 1: Educação infantil**

Embora o Brasil apresente avanços em relação ao acesso para crianças de 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos de idade na educação infantil no período de 2004 a 2016, a meta de universalização da pré-escola para o ano de 2016 não foi alcançada.

**Meta 2: Ensino fundamental**

Em relação à conclusão na idade recomendada do ensino fundamental, o Brasil obteve um percentual de 76% em 2017, enquanto a meta estabelece o índice de 95% para 2024.

**Meta 3: Ensino médio**

O atendimento escolar da população de 15 a 17 anos de idade, chegando a um percentual de 91,3% em 2017. Entretanto, a meta de universalização do atendimento dessa população até o ano de 2016 não foi alcançada.

**Meta 4: Educação Especial/Inclusiva**

Em 2017, o percentual de matrículas do público-alvo da educação especial em classes comuns aumentou em todas as redes, alcançando o índice de 97,4% nas estaduais, 96,6% nas municipais, 82,1% nas federais e 47,6% nas privadas.

**Meta 5: Alfabetização**

Quanto à proficiência em leitura, em nível nacional, aproximadamente 2/3 dos alunos do 3º ano do ensino fundamental se encontram nos níveis 2 e 3 da escala nas duas edições da ANA (2014 e 2016), avançando em 2016, com alunos posicionados no nível 4. Embora, 22% dos alunos se encontravam no nível 1 e mais de 50% dos alunos nos níveis 1 e 2.

Acerca da proficiência em matemática em nível nacional nas duas edições da ANA, o maior número de estudantes encontra-se no nível 2 da escala, por volta de 30% dos estudantes. Os níveis 1 e 4 da escala com aproximadamente 25% em cada nível.

**Meta 6: Educação em tempo integral**

Em 2017, os resultados apontam que as metas ainda estão longe de ser atingidas até 2024. Para atingi-las, é preciso aumentar em 7,6 pontos percentuais dos alunos de ETI (Educação em tempo integral) e também aumentar em 21,4 pontos percentuais de escolas de ETI.

#### Meta 7: Qualidade da educação básica

Em 2015, o Ideb dos anos iniciais do EF foi de 5,5, ao passo que a meta para aquele ano era de 5,2. Em 2015, o Ideb dos anos finais do EF foi de 4,5, abaixo da meta para o ano (4,7). Em 2013 e 2015, o Ideb para o EM (Ensino médio) ficou abaixo das metas (3,9 e 4,3).

#### Meta 8: Escolaridade média

Em 2016, a média de escolaridade para os jovens de 18 a 29 anos de idade no Brasil era de 10,2 anos, observa-se que ocorreu uma diminuição das desigualdades educacionais entre os grupos prioritários da meta.

#### Meta 9: Alfabetização de jovens e adultos

Em 2017, no Brasil a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade foi de 93,0%. E, 2016, a taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade foi de 16,6%, longe da meta para 2024 (9,2%).

#### Meta 10: EJA - Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional

Em 2017 o índice de matrículas da EJA na forma integrada à educação profissional, era de 1,5%, sendo a meta estabelecida 25% de matrículas para 2024. Quanto às etapas de ensino, em 2017, o percentual de matrículas da EJA no ensino fundamental foi de tão somente 0,5% e no ensino médio, 3,0%.

#### Meta 11: Educação profissional

Analisando o número de matrículas de EPT no período de 2010 a 2017, observa-se um crescimento, visto que foi de 1.361.827 em 2010 para 1.791.806 matrículas em 2017, um aumento de 31,6%.

#### Meta 12: Educação superior

Entre 2012 e 2016, a taxa bruta de matrícula (TBM) na educação superior expandiu 4,8 pontos percentuais, porém em 2017 a taxa era de 34,6%, sendo que decaiu (-1,4 pontos percentuais). Lembrando que a meta é de 50% até 2024.

#### Meta 13: Titulação de professores da Educação Superior

A meta 13 foi alcançada, visto que em 2015, atingiu o percentual 75% de mestres ou doutores no corpo docente da educação superior, inclusive em 2016, chegou em 77,5%. O objetivo de ter no mínimo 35% de doutores no corpo docente da educação superior foi atingido desde 2014, atingindo 39,8%, em 2016.

#### Meta 14: Pós-graduação

Em 2016, o Brasil estava a ponto de perfazer a meta de 60.000 títulos de mestrado concedidos por ano. Para o alcance do número de títulos de doutorado são necessários cerca de 4.500 títulos afim de cumprir a meta de 25.000 doutores formados anualmente.

#### Meta 15: Formação dos profissionais de educação

O percentual de docentes com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam aumentou, chegando, em 2016, a 46,6% para educação infantil, 59,0% para os anos iniciais do ensino fundamental, 50,9% para os anos finais e 60,4% para o ensino médio. Contudo ainda estão distantes da meta de 100%.

#### Meta 16: Formação continuada e pós-graduação de professores

O percentual de professores com pós-graduação aumentou no período de 2010 a 2017 (de 24,5% para 36,2%). Em 2017, 34,4% dos docentes da educação básica possuíam titulação no nível de especialização, 2,4% de mestrado e 0,4% de doutorado.

#### Meta 17: Valorização salarial dos professores da educação básica

Regae: Rev. Gest. Aval. Educ.	Santa Maria	v. 12	n. 21	e75294	2023
-------------------------------	-------------	-------	-------	--------	------

O índice de equiparar o rendimento médio dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, cresceu de 65,2%, em 2012, para 74,8%, em 2017. Para que a meta seja alcançada deve atingir 100% em 2020.

#### Meta 18: Plano de carreira docente

Segundo levantamento realizado, em 2017, 100% dos estados e o Distrito Federal possuem plano de carreira e remuneração dos profissionais do magistério vigente. Além disso, de acordo com informações, em 2017, entre os estados e o Distrito Federal, 81,5% (22) possuem legislação prevendo o limite máximo de  $\frac{2}{3}$  da carga horária dos profissionais do magistério, 77,8% (21) cumprem o piso salarial nacional profissional (PSNP) e 66,7% (18) atendem simultaneamente os quesitos da meta. Segundo dados de 2014, 89,2% dos municípios possuem plano de carreira e remuneração dos profissionais do magistério da educação básica.

Informações de fevereiro de 2018, apontam que: 3.102 municípios preveem o limite máximo de  $\frac{2}{3}$  da carga horária dos profissionais do magistério; 3.687 cumprem o PSNP; e 2.667 atendem os quesitos da meta.

#### Meta 19: Gestão democrática

Representam um percentual de 70% das unidades federativas (18 estados e o DF) que realizam eleições e estabelecem critérios técnicos de mérito e desempenho na escolha de diretores das escolas estaduais. Sete estados possuem mecanismos de avaliação do mandato do diretor eleito durante a sua gestão. Quanto às escolas municipais, 6% dos municípios realizam eleições e estabelecem critérios de mérito e desempenho na escolha dos diretores. Nas redes municipais, 74% dos municípios, há indicação de diretores das escolas públicas.

#### Meta 20: Financiamento da Educação

O gasto público pagos do Governo Federal, dos governos estaduais e do Distrito Federal (DF) e dos governos municipais, em educação pública, em proporção ao PIB, em 2015, foi de 5,0% do PIB. Em 2015, despesas pagas e restos a pagar pagos do Governo Federal, dos governos estaduais e do DF e dos governos municipais e despesas com recursos de receitas parafiscais, foi de 5,5% do PIB.

Tal como explanado anteriormente não existe acesso aos relatórios de nenhum dos ciclos no tocante às metas do PME de São Roque/SP (São Roque/SP, 2015), no site do “PNE em movimento”, por conseguinte, o que impossibilita a descrição do acompanhamento das metas. Todavia, o registro das atas do CME/SR para o período demonstra que em 2017, durante a reunião do conselho a assistente técnica educacional designada pelo Departamento de Educação, com o propósito de estar à frente dos trabalhos de execução das metas do plano, mencionou a existência de uma comissão responsável pelo acompanhamento das metas do PME, constituída por membros do conselho, do Departamento de Educação e por entidades do município. Ademais, consta no mesmo ano, a constituição das Câmaras por membros do conselho, a subdivisão das metas em blocos, a fim de monitorar o plano (CME/SR, LIVRO ATA 2, 2017).

A ata de 14/06/2018 do CME/SR, aponta um chamamento aos trabalhos de monitoramento e avaliação do plano. Tal ação de chamamento, confirma a hipótese de que em 2018, há a retomada dos trabalhos, conforme agenda de trabalho. O registro refere-se as etapas de monitoramento do PME, explicitadas em formação ocorrida na

Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores, com a participação de um membro do conselho; entrega da agenda de trabalho à comissão técnica, em 2017 e, aprovada pelo MEC; a composição da equipe técnica, a saber: membros do Departamento de Educação subdivididos nos grupos e metas e divisão de grupos para acompanhamento das metas. (CME/SR, livro ata 2, 2018).

A ata de 20/07/2018 aponta a conclusão do preenchimento dos grupos das metas por parte dos conselheiros, entretanto, as demais atas do ano corrente não apresentam qualquer discussão sobre o acompanhamento das metas do plano.

*c) Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento de Metas do PNE: 2020 e os resultados do PME do município de São Roque/SP*

A compilação relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (Brasil, 2020), foi feita pelo Inep, com a finalidade de trazer informações a respeito da conjuntura das metas do PNE para o ciclo. Assim sendo, segue abaixo de forma suscinta as 20 metas, de acordo com o relatório do 3º ciclo (Brasil, 2020):

**Meta 1: Educação infantil**

A fim de se alcançar a Meta 1 do PNE é imprescindível a inserção em torno de 1,5 milhão de crianças de 0 a 3 anos em creche e de 330 mil crianças de 4 a 5 anos em pré-escola. A meta universalização da pré-escola para o ano de 2016 não foi alcançada.

**Meta 2: Ensino fundamental**

Em 2019, o atendimento escolar às crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, chegou a um percentual de 98,1%, tendo quase atingido a meta. Quanto à conclusão na idade recomendada, os dados revelam que o Brasil teve um alcance de 78,4% em 2019, quando a meta estabelece para 2024 o índice de 95%.

**Meta 3: Ensino médio**

A meta de universalização do acesso à escola para os jovens de 15 a 17 anos, não foi atingida em 2016, tendo em vista que em 2019, 7,1% deles não frequentavam a escola. Em 2019, 73,1% da população de 15 a 17 anos frequentava o ensino médio ou já havia concluído a educação básica.

**Meta 4: Educação Especial/Inclusiva**

Em 2010, um montante de 897.116 (82,5%) crianças e adolescentes com deficiência, em idade escolar, frequentavam creche ou escola, porém longe da universalização do acesso à educação básica. O percentual de matrículas na educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD, altas habilidades ou superdotação que recebem atendimento educacional especializado ao longo do período de 2013 a 2019, atingiu valores superiores a 47,0% e inferiores a 55,0%.

**Meta 5: Alfabetização**

Em relação à proficiência em Leitura, aproximadamente dois terços dos estudantes do 3º ano do ensino fundamental se encontram nos níveis 2 e 3 da escala nas duas edições da ANA (2014 e 2016). Com relação à proficiência em Escrita, nas duas edições da ANA, o nível 4 da escala abarcava um índice de aproximadamente 57% de alunos. No que se refere à proficiência em Matemática, nas duas edições da ANA, o maior número de estudantes encontravam-se no nível 2 da escala, com pouco mais 30% dos estudantes.

#### Meta 6: Educação em tempo integral

Em 2019, o percentual de alunos da educação básica pública em tempo integral apresentou um índice de, 14,9% e, o percentual de escolas públicas com ao menos um aluno que permanece no mínimo 7 horas diárias em atividades escolar, 23,6%, todavia os resultados demonstram que as metas ainda estão longe de ser atingidas em 2024.

#### Meta 7: Qualidade da educação básica

##### Ensino Fundamental

Observa-se um crescimento tanto da taxa média de aprovação, quanto da média de desempenho dos alunos do 5º ano do EF em Língua Portuguesa e em Matemática nas avaliações nacionais (Saeb), referente ao Ideb dos anos iniciais do EF de 2007 a 2017, superando as metas estabelecidas no PNE para o período.

O Ideb dos anos finais do EF, não atinge, desde 2013, as metas do PNE. Em 2017, o Ideb dos anos finais do EF foi de 4,7, sendo que a meta para o ano era de 5,0.

Quanto ao Ideb do 9º ano do EF em Língua Portuguesa e em Matemática embora o desempenho médio dos alunos tenha sido crescente, um número significativo encontra-se abaixo nos níveis das escalas de Língua Portuguesa e de Matemática.

##### Ensino Médio

Desde 2011, o Ideb do ensino médio mante-se estagnado (3,7), em 2017, foi para 3,8, contudo, abaixo da meta para o ano (4,7). Quanto ao desempenho dos alunos da 3ª série do EM na avaliação nacional do Saeb, em 2017, apresentou um aumento da proficiência média dos alunos em Língua Portuguesa e em Matemática, relativamente a 2015, por um número expressivo de alunos encontra-se em níveis inferiores das escalas, principalmente em Matemática.

#### Meta 8: Escolaridade média

Os indicadores da meta 8, a fim de medir a escolaridade média da população de 18 a 29 anos demonstraram taxas relativamente lentas de crescimento nos períodos analisados.

#### Meta 9: Alfabetização de jovens e adultos

A taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais do país, foi de 93,4%, sendo quase atingido, em 2019, a meta estabelecida para o ano de 2015.

A taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais, em 2019, atingiu 14,1%, isto é, uma diferença de 4,9 pontos percentuais para alcançar a meta estabelecida para 2024 (9,2%).

#### Meta 10: EJA - Educação de Jovens e Adultos à Educação Profissional

O índice de matrículas da EJA na forma integrada à educação profissional, em 2019, foi de 1,6%, distante da meta estabelecida para 2024. Quanto às etapas de ensino, em 2019, o índice de matrículas da EJA integrada à educação profissional foi de 0,6%, no ensino fundamental, e 3,0%, no ensino médio.

#### Meta 11: Educação profissional

De 1.602.946 passou-se a 1.874.974 matrículas em educação profissional técnica de nível médio, de 2013 a 2019, totalizando um crescimento de cerca de 17,0% para o período. Caracteriza 8,5% de crescimento para o cumprimento da meta estabelecida para o ano de 2024.

#### Meta 12: Educação superior

De 2012 a 2019, a taxa bruta de matrícula na educação superior, aumentou 6,2 pontos percentuais, sendo a taxa de 37,4% para o ano. O alcance da meta de 50% até 2024, demanda um acréscimo de 12,6 pontos percentuais.

De 2012 e 2019, taxa líquida de escolarização na educação superior, apresentou um crescimento de 5,4 pontos percentuais, atingindo 25,5%. Para o alcance da meta de 33%, necessita de 7,5 pontos percentuais.

#### Meta 13: Titulação de professores da Educação Superior

O objetivo de ampliar o percentual de mestres ou doutores no corpo docente da educação superior para 75% foi atingido desde 2015, compreendendo 81,3% em 2018. O objetivo de no mínimo, 35% de doutores no corpo docente da educação superior foi atingido em 2014, em 2018, chegou a 44,1%. Todavia, ocorre disparidades regionais expressivas referente à proporção de mestres e doutores na docência superior.

#### Meta 14: Pós-graduação

O número de títulos de mestrado foi crescente no período 2017-2018, a ponto de chegar a 64,4 mil títulos concedidos no último ano, tendo superado a meta de 60 mil títulos anuais estabelecida no PNE. O número de títulos de doutorado ampliou para 22,9 mil títulos em 2018, sendo necessário um aumento de aproximadamente 2,1 mil novos títulos ao ano para atingir a meta.

#### Meta 15: Formação dos profissionais de educação

O percentual de docências ministradas por professores com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam aumentou, atingindo em 2019, 54,8% para educação infantil, 66,1% para os anos iniciais do ensino fundamental, 53,2% para os anos finais do ensino fundamental e 63,3% para o ensino médio. No entanto, ainda distante da meta de 100% das docências da educação básica em todo o País.

#### Meta 16: Formação continuada e pós-graduação de professores

O percentual de professores com titulação em nível de pós-graduação, aumentou de 30,2% para 41,3%, entre 2013 a 2019, se manter o ritmo, será possível alcançar a meta de 50% até 2024. Em 2019, 37,9% dos docentes na educação básica possuíam o nível de especialização, 2,8% mestrado e 0,6% doutorado.

O percentual de professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada, de 2013 a 2019, cresceu de 30,6% para 38,3%. Contudo, os dados apontam complicações para o atingimento da meta de 100% dos profissionais da educação básica.

#### Meta 17: Valorização salarial dos professores da educação básica

O objetivo de equiparar o rendimento médio dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, aumentou de 65,3%, em 2012, para 78,1%, em 2019. Para que a meta cumprida deve chegar a 100% em 2020.

#### Meta 18: Plano de carreira docente

Referente a meta, 100%, dos estados e o Distrito Federal, possuem plano de carreira e remuneração dos profissionais do magistério vigente. Das unidades federativas, 85,2% (23) possuem legislação que prediz o limite máximo de dois terços da carga horária dos profissionais do magistério para atividades de interação com os educandos. Dos Estados, 70,4% (19) cumpriram piso salarial nacional profissional e 63,0% (17)



atendem aos três quesitos da meta. Das UFs, 81,5% (22) possuem PCR para os profissionais da educação que não integram o magistério.

Em relação aos municípios, 95,7%, possuem plano de carreira e remuneração dos profissionais do magistério da educação básica; 74,2% (4.134), possuem legislação que prevê o limite máximo de dois terços da carga horária dos profissionais do magistério com os educandos; 74,2% (4.133) cumprem o piso salarial nacional profissional e 57,7% (3.214) atendem aos três quesitos da meta; 38,8% (2.162) possuem PCR para os profissionais da educação que não integram o magistério.

#### Meta 19: Gestão democrática

Quanto aos diretores das escolas públicas do país, 6,58% foram escolhidos mediante processo seletivo qualificado e eleição com a participação da comunidade escolar.

Nas escolas públicas do país, observa-se um percentual de 37,60% de grêmios estudantis, conselhos escolares e associações de pais e mestres.

Todas as unidades federativas (100%) possuem Fóruns Permanentes de Educação, Conselhos Estaduais de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb e Conselhos de Alimentação Escolar.

Nos municípios, apresenta-se um percentual de 83,89% dos Conselhos Municipais de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb e Conselhos de Alimentação Escolar.

#### Meta 20: Financiamento da Educação

O gasto público em educação, sendo despesas pagas e restos a pagar pagos no exercício, em educação pública, em proporção ao PIB, apresentou: 5,1% em 2015 e 2016, 5,0% em 2017 e no resultado preliminar para 2018. Os gastos públicos em educação pública, passou de R\$ 344,7 bilhões em 2015 para R\$ 340,9 bilhões em 2017.

O gasto público em educação, representando despesas pagas e restos a pagar pagos, gastos tributários, gastos com receitas parafiscais e subsídios, em educação, em proporção ao PIB, apresentou percentual de: 5,5% em 2015, 5,6% em 2016 e 5,4% nos anos seguintes. Os gastos públicos em educação expandiram de R\$ 375,1 bilhões em 2015 para R\$ 377,1 bilhões em 2016, apresentaram queda chegando a R\$ 368,8 bilhões em 2018. De 2015 a 2017.

Visto que o objetivo da meta é de ampliação do investimento público em educação pública, atingindo 7% do PIB até 2019 e 10% do PIB até 2024, os resultados observados de cerca de 5% e 5,5% do PIB, demonstram grande desafio para o alcance da meta.

Tendo em vista, o acompanhamento ao PME de São Roque/SP, conforme análise das atas das sessões no referido período observa-se no ano de 2019 (CME/SR, LIVRO ATA 2, 2019), que o PME não constitui assunto da pauta das sessões. Entrevista realizada com os conselheiros em 2020 (SILVEIRA, 2021), revela que o foco das discussões das sessões do conselho foram assuntos referente a pandemia da COVID 19 e a reformulação de documentos do CME/SR.

*d) Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento de Metas do PNE: 2022 e os resultados do PME do município de São Roque/SP*

O relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação - 2022 (Brasil, 2022), é uma publicação do Inep, organizada com o objetivo de divulgar as bases de dados referente a contextualização das metas do PNE para o período. As 20

metas estabelecidas no PNE, encontram-se a seguir de modo conciso de acordo com o Relatório do 4º Ciclo (Brasil, 2022):

#### Meta 1: Educação infantil

Entre 2013 e 2019, cerca de 600 mil crianças de 0 a 3 anos a mais receberam atendimento em escola/creche, que atinge 37,0%, em 2019. Na faixa de 4 a 5 anos, entre 2013 e 2019, o atendimento a este grupo, ficou em torno de 5 milhões. A Meta 1 de universalização da pré-escola para o ano de 2016 não foi alcançada. Para atingir a meta, é preciso a inclusão em torno de 1,4 milhão de crianças de 0 a 3 anos em creche e de aproximadamente 300 mil crianças de 4 a 5 anos em pré-escola.

#### Meta 2: Ensino fundamental

Em 2021, o percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentava ou já havia concluído o ensino fundamental chegou a 95,9%, enquanto o índice estabelecido era de 96,9%. Quanto ao percentual de estudantes de 16 anos que concluíram o ensino fundamental na idade recomendada, em 2021, os dados demonstram um índice de 81,1% de pessoas. Resultado que representa declínio em relação a 2020.

#### Meta 3: Ensino médio

Em 2021, ainda não havia sido atingida a meta de universalização do acesso à escola entre os jovens de 15 a 17 anos, estipulada para o ano de 2016, o índice era 95,3%, 4,7 pontos percentuais abaixo da meta. Quanto ao ensino médio, em 2021, 74,5% da população de 15 a 17 anos frequentava o ensino médio ou já havia concluído a educação básica, índice 10,5 pontos percentuais abaixo da meta de 85% estabelecida para 2024.

#### Meta 4: Educação Especial/Inclusiva

Um total de 897.116 (82,5%) crianças e adolescentes com deficiência, frequentavam a creche ou escola em 2010, índice distante da universalização do acesso à educação básica.

Em 2021, 93,5% das matrículas, em classes comuns, de educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação.

Em 2021, 46,2% das matrículas, que diz respeito a 503.342 matrículas do público-alvo da meta receberam atendimento educacional especializado.

Em 2021, havia 49,5% das matrículas em classes comuns de educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação e que recebiam, ao mesmo tempo, atendimento educacional especializado.

Em 2021, 44% das matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD, altas habilidades ou superdotação em classes comuns, encontravam-se sem atendimento educacional especializado.

#### Meta 5: Alfabetização

Quanto à proficiência em Língua Portuguesa, a avaliação do 2º ano do ensino fundamental do Saeb 2019 revela em torno de 40% dos estudantes nos níveis 5 (nível da média nacional) e 6 da escala, em torno de 15% nos dois níveis mais elevados (7 e 8) e cerca de 11% nos níveis mais elementares (1 e 2). Referente à proficiência em Matemática, a avaliação evidenciou que cerca de 33% dos estudantes se encontram nos níveis 5 e 6; 17% com proficiência nos níveis 7 e 8, em torno de 13% apresentam proficiência nos dois primeiros níveis (1 e 2).

#### Meta 6: Educação em tempo integral

Regae: Rev. Gest. Aval. Educ.	Santa Maria	v. 12	n. 21	e75294	2023
-------------------------------	-------------	-------	-------	--------	------

Em 2021, o percentual de alunos da educação básica pública em tempo integral aponta um índice de, 15,1% de e o percentual de escolas públicas com ao menos um aluno que permanece no mínimo 7 horas diárias em atividades escolar, 22,4%. As metas ainda estão longe de serem atingidas em 2024. Para alcançá-las, é necessário ampliar em 9,9 pontos percentuais o número de alunos de ETI, garantindo um crescimento médio de 3,3 pontos percentuais por ano; ademais, é necessário um acréscimo em 27,6 pontos percentuais o número de escolas de ETI, assegurando um crescimento médio de 9,2 pontos percentuais por ano.

#### Meta 7: Qualidade da educação básica

##### Ensino fundamental:

O Ideb dos anos iniciais do EF demonstra uma evolução no período 2007 a 2019, tanto na taxa média de aprovação nos anos iniciais do EF quanto as médias de desempenho dos alunos do 5º ano do EF em Língua Portuguesa e em Matemática nas avaliações do Saeb.

Os resultados dos alunos do 5º ano do EF do Saeb 2019, referente aos níveis de aprendizado alcançados revela desigualdades no aprendizado, visto que quantitativo expressivo de estudantes se encontra nos níveis mais baixos das escalas de proficiência de Língua Portuguesa e de Matemática.

Embora o Ideb dos anos finais do EF apresentou um crescimento no período 2007 a 2019, não alcançou as metas estabelecidas desde 2013. Em 2019, o Ideb atingido foi de 4,9, isto é, abaixo da meta (5,2).

Quanto ao desempenho dos alunos do 9º ano do EF nas avaliações do Saeb, em 2019 apresenta um aumento na proficiência em Matemática, maior do que em Língua Portuguesa.

Em relação aos alunos da 3ª série do ensino médio nas avaliações do Saeb 2019, demonstra aumento na taxa de aprovação, que chegou a 87,1% em 2019, e melhoria no desempenho da proficiência tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática. No entanto, há um número significativo de estudantes com desempenho situado nos níveis inferiores das escalas de proficiência tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática.

#### Meta 8: Escolaridade média

Todos os indicadores da meta 8 apresentaram crescimento entre 2012 e 2021. Todavia, não se mostra suficiente para o alcance da meta.

#### Meta 9: Alfabetização de jovens e adultos

A taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade foi de 95,0%, em 2021, distante, 5,0 pontos percentuais da meta de 100% para 2024. A taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade esteve em declínio de 2012 a 2021, alcançando, em 2021, 11,4%, longe, 2,5 pontos percentuais da meta de 8,9% estabelecida para 2024.

#### Meta 10: EJA integrada à Educação Profissional

O percentual de matrículas da EJA na forma integrada à educação profissional, em 2021, foi de 2,2%. Contudo, os dados demonstram estar distantes da meta estabelecida para 2024. Em 2021, em relação às etapas de ensino, o percentual de matrículas da EJA integrada à educação profissional foi de 1,0% no ensino fundamental e 3,8% no ensino médio.

#### Meta 11: Educação profissional

Em 2014, de 1.602.946 matrículas em educação profissional técnica de nível médio, atingiu 1.851.541, em 2021, perfazendo um aumento de cerca de 15,5% no período. Sendo 248.595 matrículas.

#### Meta 12: Educação Superior

Em 2021, a TBM alcançou 37,4% da população de 18 a 24 anos, quando a meta é de 50% para 2024. A TLE chegou a 25,5%, em 2021, sendo que a meta era de 33%. A participação do segmento público na ampliação de matrículas de graduação foi de 3,6%, de 2012 a 2020, enquanto a meta é de 40% até 2024. Os dados apresentados se mostram distantes dos objetivos estabelecidos pelo PNE.

#### Meta 13: Titulação de professores da Educação Superior

O objetivo de ampliar para 75% o percentual de docentes com mestrado ou doutorado na educação superior, foi alcançado em 2015, inclusive chegando a 83,8% em 2020. Igualmente, o objetivo de ampliar para 35% o percentual de docentes com doutorado na educação superior, foi atingido em 2014, alcançando o percentual de 48,9% no ano de 2020.

#### Meta 14: Pós-graduação

Em 2020, o número de títulos de mestrado foi de 60.039 e o de doutorado 20.075. Contudo, o número de títulos de mestrado passou de 66.993 títulos, em 2018, para 60.039 em 2020. O número de títulos de doutorado, passou de 23.476 títulos, em 2018, para 20.075 em 2020. Portanto, é preciso um crescimento de 4.925 novos títulos por ano para se atingir a meta de 25.000.

#### Meta 15: Formação dos profissionais de educação

O percentual de docências ministradas por professores com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam aumentou, chegando em 2021 a 60,7% na educação infantil, 71,2% nos anos iniciais do ensino fundamental, 58,5% nos anos finais do ensino fundamental e 66,6% no ensino médio. Todavia, ainda distantes da meta de 100% das docências da educação básica em todo o País.

#### Meta 16: Formação continuada e pós-graduação de professores

O percentual de professores com titulação em nível de pós-graduação aumentou, de 30,2%, em 2013 para 44,7%, em 2021, uma vez mantenha o mesmo ritmo de crescimento, poderá atingir a meta de 50% até 2024. Em 2021, 40,7% dos docentes na educação básica possuíam o nível de especialização, 3,3% de mestrado e 0,8% de doutorado.

De 2013 a 2021, o percentual de professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada, passou de 30,6% para 40,0%. Não obstante, para o atingimento da meta, será necessário que 1.337.876 professores realizem essa formação.

#### Meta 17: Valorização salarial dos professores da educação básica

O objetivo de equiparar o rendimento médio dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, aumentou passando de 65,2% em 2012 para 82,5% em 2021. Para que a meta seja cumprida, deve atingir 100% em 2024.

#### Meta 18: Plano de carreira docente

Em 2018, todas as unidades federativas no país possuíam plano de carreira e remuneração dos profissionais do magistério vigente.

Quanto a legislação prevendo o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária dos profissionais do magistério para atividades de interação com os educandos, 23 unidades federativas (85,2%) possuíam tal diretriz.

Cumpriam o piso salarial nacional profissional (PSNP), 19 unidades da Federação (70,4%), e atendiam aos três indicadores da meta 17 entes federativos (63,0%).

Possuíam PCR para os profissionais da educação que não integram o magistério 22 unidades federativas (81,5%).

Possuíam plano de carreira e remuneração (PCR) dos profissionais do magistério da educação básica, 95,7% dos municípios.

Possuíam legislação prevendo o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária dos profissionais do magistério, 4.134 municípios (74,2%).

Cumpriam o piso salarial nacional profissional, 4.133 municípios (74,2%), atendiam aos três indicadores da meta, 3.214 municípios (57,7%).

Possuíam, em 2018, PCR para os profissionais da educação que não integram o magistério, 2.162 municípios (38,8%).

#### Meta 19: Gestão democrática

6% dos diretores das escolas públicas foram escolhidos mediante processo seletivo qualificado e eleição com a participação da comunidade escolar; 39% dos grêmios estudantis, conselho escolar e associação de pais e mestres estão presentes nas escolas públicas, com aumento de 1,4 pontos percentuais em relação a 2019; 100% das unidades federativas possuem fóruns permanentes de educação, conselhos estaduais de educação, conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb e conselhos de alimentação escolar; 83,9% dos conselhos municipais de educação, conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb e conselhos de alimentação escolar existem nos municípios.

#### Meta 20: Financiamento da Educação

Em 2017, o gasto público em educação em proporção ao PIB, referente a despesas pagas e restos a pagar pagos no exercício, em educação pública, ficou estável no período, 5,1% em 2015 e 2016, 5,0% em 2017, 4,9% em 2018, 5,0% em 2019 e 5,1% em 2020. O gasto público em educação pública, passou de R\$ 376,0 bilhões em 2015 para R\$ 381,8 bilhões em 2020.

O gasto público em educação em proporção ao PIB, representando despesas pagas e restos a pagar pagos, gastos tributários, gastos com receitas parafiscais e subsídios, em educação, foi de 5,5% em 2015, 5,6%, em 2016, 5,4% em 2017, 5,3% em 2018 e 2019 e 5,4% em 2020. Os gastos públicos em educação cresceram de R\$ 409,1 bilhões em 2015 para R\$ 411,1 bilhões em 2016, porém decaiu para R\$ 401,7 bilhões, em 2018, em 2019, R\$409,1 bilhões e em 2020 baixou para R\$404,1 bilhões.

Considerando que a meta é de ampliação do investimento público em educação pública, compreendendo 7% do (PIB) até 2019 e 10% do PIB até 2024, os resultados observados indicam que há grandes desafios para o alcance da meta.

No tocante ao panorama do PME de São Roque/SP para o período, a partir de acesso as atas das reuniões do conselho concernentes a 2021, disponíveis no portal da Prefeitura Municipal de São Roque/SP, demonstram que o acompanhamento as metas do

PME não compreendiam objeto de discussão das pautas das sessões, prosseguiram em destaque assuntos pontuais referentes aos novos rumos da educação, em razão da pandemia da Covid-19.

### **Monitoramento e avaliação do PNE e o recorte da realidade do município de São Roque/SP**

A elaboração bem como a revisão e monitoramento dos planos de educação em quaisquer esferas, deve processar-se de forma democrática e participativa com o envolvimento da população e da comunidade, a fim do alcance de suas metas e estratégias.

Com o propósito de garantir a consecução dos planos, ressalta-se a relevância da constituição de espaços democráticos de participação e acompanhamento e, a necessidade de revisões periódicas e elaboração de ações de direcionamento para atingimento das metas constituídas no plano.

Para o cumprimento de um Plano de Educação condizente aos desafios de cada realidade e as mudanças que porventura ocorram na organização da sociedade e da política local, regional e nacional, deve-se realizar revisões periódicas de seu conteúdo, avaliando-se o que foi cumprido, o que não foi cumprido e porque não o foi, e formular estratégias para garantir o cumprimento das metas no prazo restante de vigência do Plano. (Ação Educativa, 2013b, p. 21).

Considerando as referências apresentadas pelo documento Balanço do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2021), que discorre sobre o acompanhamento das metas do PNE, organizado como orientador das metas cumpridas e ainda não cumpridas do plano. As metas do PNE (Brasil, 2014) abrangem seus objetivos, estratégias e, seus respectivos prazos a serem cumpridos ao longo dos anos de vigência do plano, portanto, apresenta-se a situação das 20 metas estabelecidas, conforme o balanço do Plano Nacional de Educação (2021).

Quadro 6 -  
Metas cumpridas e ainda não cumpridas do PNE

Descrição	Situação
Meta1: Educação Infantil	Não cumprida
Meta 2: Ensino Fundamental	Não cumprida
Meta 3: Ensino Médio	Não cumprida
Meta 4: Educação Especial/Inclusiva	Não cumprida
Meta 5: Alfabetização	Não cumprida
Meta 6: Educação em tempo integral	Não cumprida
Meta 7: Qualidade da educação básica	Parcialmente cumprida
Meta 8: Escolaridade média	Não cumprida
Meta 9: Alfabetização de Jovens e Adultos	Não cumprida
Meta 10: EJA integrada à Educação Profissional	Não cumprida
Meta 11: Educação Profissional	Parcialmente cumprida
Meta 12: Educação Superior	Não cumprida
Meta 13: Titulação de professores da Educação Superior	Parcialmente cumprida
Meta 14: Pós-graduação	Parcialmente cumprida
Meta 15: Formação dos profissionais da educação	Não cumprida

Meta 16: Formação continuada e pós-graduação de professores	Parcialmente cumprida
Meta 17: Valorização salarial dos professores da educação básica	Não cumprida
Meta 18: Plano de carreira docente	Não cumprida
Meta 19: Gestão democrática	Não cumprida
Meta 20: Financiamento da Educação	Não cumprida

Fonte: Balanço do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2021).

Com relação à meta 13, cuja situação apresenta-se como parcialmente cumprida, embora o objetivo de ampliar para 75% o percentual de docentes com mestrado ou doutorado na educação superior, foi alcançado em 2015 e; igualmente, o objetivo de ampliar para 35% o percentual de docentes com doutorado na educação superior, foi atingido em 2014. Entretanto, existe uma disparidade entre rede pública e privada, o Balanço do Plano Nacional de Educação (2021), detalha:

Na rede pública, 84,3% dos docentes possuíam mestrado ou doutorado em 2014, sendo que 55,7% do total eram doutores. São esses altos índices que fazem com que o conjunto do sistema referido no texto da meta supere os objetivos estabelecidos. Em 2019, último ano com dados disponíveis, a porcentagem de professores do ensino superior privado que possuía doutorado era 25,7%, menos da metade do percentual observado na rede pública. No ritmo em que tem avançado desde o início do PNE, a rede privada cumprirá até 2024 a proporção de mestres e doutores entre seu corpo docente, mas não a proporção de doutores. (Brasil, 2021, p. 14)

A partir do quadro 6, compreende-se que existe um longo caminho a ser trilhado para o cumprimento de todas as metas do PNE, que envolve todos os municípios e UFs do Brasil. A discussão, contudo, se apresenta em relação ao curto espaço de tempo, já que a vigência final do plano é 2024 e, além disso os desafios são gigantescos, pensando em todas as diversidades regionais do país.

O CME é um dos órgãos responsáveis no que se refere a elaboração, execução, bem como ao acompanhamento e avaliação do PME, pois, “havendo um conselho municipal de educação, com poder normativo ou somente consultivo, é dele o papel primordial de inspirar, incentivar, cobrar e orientar todo o processo de elaboração, execução e avaliação do PME” (Monlevade, 2004, p. 40).

Em vista disso, buscou-se analisar as atas do CME/SR com o propósito de entender a participação do conselho e algum encaminhamento referente ao plano. Conforme apresenta Silveira (2021), as atas do conselho explicitam que o ano de 2016 posterior ao ano de aprovação do PME de São Roque/SP, aprovado pela Lei n. 4.442 de 13 julho de 2015 (SÃO ROQUE/SP, 2015), houve tentativa de reuniões para andamento do plano, porém em virtude do não comparecimento de no mínimo 50% dos conselheiros, houve cancelamento da sessão, por conta do não atingimento do quórum previsto no artigo 24 do Regimento Interno. (São Roque/SP, 1998).

No ano de 2017, o registro das atas do CME/SR aponta que no mês de fevereiro o conselho deliberou por encaminhar ofício à Câmara Municipal de São Roque/SP a fim de compreender acerca da conjuntura da aplicação do PME até a ocasião, contudo observa-

se a ausência de registro em ata de resposta ao ofício. A sessão de 06 de junho de 2017, cujo assunto seria sobre a avaliação e monitoramento do PME, não teve o número regimental estabelecido de membros para realizar-se (Silveira, 2021).

O registro da ata da sessão extraordinária de 12 de junho de 2017, referência a condução por meio da assistente técnica educacional designada pelo Departamento de Educação para estar à frente do trabalho de execução das metas do plano, que comentou sobre a existência de uma comissão responsável pelo acompanhamento das metas do PME, formada por membros do conselho, do Departamento de Educação e por entidades do município. Além disso, na mesma sessão menciona-se a divisão das câmaras e a distribuição das metas por blocos. (CME/SR, livro ata 2, 2018).

Na sessão seguinte, em 21 de junho de 2017, cita a constituição das câmaras por representantes do CME/SR para monitoramento do plano, inclusive a subdivisão das metas: “metas 1-2-3; metas 5-7-9; meta 6; metas 10-11; meta 4; meta 8; metas 15-16; metas 17-18; metas 12-13-14 e metas 19-20.” (Silveira, 2021, p. 94). Observa-se que as atas do ano corrente não apresentam mais nenhuma alusão a continuidade dos trabalhos.

Na sessão de 14 de junho de 2018, aponta que a assistente técnica educacional responsável externou a imprescindibilidade de iniciar os trabalhos de monitoramento e avaliação do plano. Mencionou aliás sobre as etapas de monitoramento explicitadas em reunião de formação ocorrida em São Paulo na Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores, nos dias 15 e 16/05/2018; cujo membro do conselho esteve presente num dos dias. Elucidou ainda que a metodologia atende às orientações do MEC/Sase e Undime, sendo os documentos enviados à presidente por meio eletrônico. (CME/SR, livro ata 2, 2018).

A referida sessão registra ainda que a técnica responsável, explicou a situação atual do monitoramento do PME, porém o documento não detalha a conjuntura; recordou as ações realizadas pelos membros do conselho registradas em documento e encaminhadas à comissão técnica, em 2017 e, aceitas pelo MEC. Entregou cópia da primeira demanda encaminhada: a agenda de trabalho do município de São Roque/SP e explicou sobre a composição da equipe técnica, a saber: membros do Departamento de Educação, subdivididos nos grupos e metas. Expôs inclusive quanto ao prazo das metas de dez anos o que prevê a dificuldade do município em cumprir as estratégias que envolvem recursos financeiros.

É importante lembrar também que a implementação das metas previstas no Plano de Educação requer a definição dos recursos necessários. Sem os recursos financeiros necessários, sua execução será muito difícil. Vale lembrar que na história brasileira já tivemos planos sem os recursos financeiros compatíveis com as metas previstas e o resultado foi a não aplicação do Plano, no tempo e velocidade necessários para responder as demandas sociais. (Ação Educativa, 2013a, p. 36)

Os recursos financeiros são fundamentais, para tanto, deve haver articulação do PME com os planos locais e as políticas de financiamento. Além disso, na mesma ocasião a técnica responsável, explicou quanto aos indicadores que demonstram se as metas estão sendo cumpridas, a dificuldade relativa as informações dos dados oficiais que ocorrem bianualmente, porém, a lei estabelece avaliação anual. Sob a condução da presidente do CME/SR, houve a divisão de grupos para acompanhamento das metas:

Regae: Rev. Gest. Aval. Educ.	Santa Maria	v. 12	n. 21	e75294	2023
-------------------------------	-------------	-------	-------	--------	------



Grupo 1: metas 1-2-3- Universalização da demanda; Grupo 2, metas 5-7-9- Alfabetização e Aprendizagem; Grupo 3, metas 4-Educação Especial; Grupo 4, metas 6-Educação Tempo Integral; Grupo 6, metas 10-11- EJA Alfabetização Profissional no ensino médio; Grupo 7, metas 15-16 Formação; Grupo 8, metas 17-18- Valorização e Plano de Carreira; Grupo 9, metas 12-13-14- Ensino Superior; Grupo 10, metas 19-20 - Gestão Democrática e Financiamento. As metas não preenchidas seriam abordadas para escolha na próxima reunião ordinária (CME/SR, livro ata 2, 2018)

Na reunião ordinária de 20/07/2018, realizou-se o preenchimento das vagas remanescentes das metas do PME de São Roque/SP (São Roque/SP, 2015). Todavia, no decurso do ano de 2018 e no ano de 2019 não consta nenhuma outra discussão ou movimento em prol do acompanhamento das metas.

Diante do exposto, nota-se tentativa por parte do conselho de organização para acompanhamento do plano. Decerto que a falta de quórum se mostrou como um dos entraves: “Conforme se apresenta no registro das atas no decorrer dos anos, fica evidente que a ausência injustificada dos conselheiros é um impasse recorrente que certamente tem causado a descontinuidade dos trabalhos deste colegiado” (Silveira, 2021, p. 101).

Compreende-se a partir de Silveira (2021) por meio de entrevista realizada com os conselheiros em 2020, que o acompanhamento as metas do PME não constituíram escopo das pautas nas discussões. Tal como, confirma-se na fala do respondente 03: “Olha vou ser sincero desculpe a minha sinceridade. Não há acompanhamento do Conselho Municipal de Educação até o ano passado eles não acompanhavam se essas metas estavam sendo atingidas” (Silveira, 2021, p. 115).

Ademais, devido a pandemia da Covid-19, o foco das sessões revela assuntos pontuais referentes aos novos rumos da educação, como o ensino o remoto e os protocolos necessários; além da reformulação de documentos do CME/SR. O respondente 05 assevera: “A gente participou de uma reformulação dos documentos do conselho e a gente discutiu bastante a questão dos rumos da educação dentro da pandemia, eu acho que a pandemia acabou por si só, [...] mas não foi discutido nada especificamente do PME” (Silveira, 2021, p. 117).

De acordo, com as atas das reuniões do ano de 2021, até a ata n. 21/2021 do dia 19/08/2021, disponíveis no site da Prefeitura Municipal de São Roque/SP, na aba do CME/SR, observa-se que questões específicas relativas à pandemia prosseguiram em destaque, tais quais: atividades domiciliares, retorno gradual as aulas presencias, aulas presencias com porcentagem de alunos permitida, distanciamento recomendado, dentre outros. Compreende-se que no ano de 2021 dentre as discussões do CME/SR não consta nenhum apontamento no tocante ao acompanhamento das metas do PME de São Roque/SP (São Roque/SP, 2015).

No dia 26 de janeiro de 2023, em contato com a atual presidente do CME/SR, solicitou-se informações sobre o PME do município e a despeito da participação do conselho em tais movimentos. A presidente do CME/SR, orientou que fosse enviado um e-mail direcionado ao conselho, a fim de pedir a abertura para estes apontamentos, cujo e-mail foi enviado no mesmo dia.

No dia 16 de fevereiro de 2023, novamente em diálogo com a presidente do conselho, visto que o e-mail não havia sido respondido. De acordo com a presidente, a resposta do CME/SR foi positiva quanto a solicitação.

Na mesma ocasião foi enviado um e-mail dirigido ao Departamento de Educação aos cuidados da dirigente atual, solicitando informações sobre o PME de São Roque/SP e monitoramento de suas metas, todavia, não houve nenhum retorno.

### **Considerações finais**

Não obstante o município de São Roque/SP ter aceito à adesão a assistência técnica para monitoramento e avaliação dos planos de educação, no ícone de relatórios do *PNE em movimento*, não consta relatório de acompanhamento de nenhum dos ciclos das metas do plano, de modo que impossibilita a análise do cenário atual das metas do PME de São Roque/SP.

A agenda de trabalho do município de São Roque/SP desenvolvida apresenta as ações, os prazos estabelecidos e os responsáveis por cada ação, conforme a metodologia sugerida das quatro etapas de monitoramento dos planos de educação. É possível notar os responsáveis nomeados e os segmentos representados, além de nova portaria de nomeação no ano de 2017.

Embora a agenda não descreva as datas de conclusão das ações previstas, o que dificulta a análise do trabalho desenvolvido, ao observar os registros, compreende-se que houve iniciativas de acompanhamento ao desenvolvimento do plano. Contudo, em todas as quatro etapas da agenda, tão somente apresenta os anos de 2016 e 2018.

Portanto, buscou-se analisar as atas do CME/SR, a fim de entender os movimentos de monitoramento, visto que o conselho está entre as instâncias responsáveis pelo acompanhamento as metas do PME. Os documentos demonstram a existência de um número reduzido de atas que fazem menção ao PME no decorrer do período pesquisado. A ata de 14 de junho de 2018, que faz alusão ao plano, cita o discurso da técnica responsável pela execução e monitoramento das metas do PME e, dentre os pontos abordados, menciona a dificuldade do município em cumprir as estratégias que envolvem recursos financeiros.

Compreende-se que muitos planos foram elaborados de forma utópica sem haver uma conexão ou diagnóstico da realidade local. Muitos não chegam a ser executados por falta de recursos disponíveis à sua efetivação. São inúmeros planos que não chegam a sair do papel devido à falta de recursos de financiamento necessários, por isso já na elaboração do plano deve haver uma dinâmica de alinhamento com as leis e planos orçamentários municipais, para que o plano já na fase de elaboração, não seja fadado ao fracasso.

### **Referências**

AÇÃO EDUCATIVA. *O uso dos indicadores da qualidade na educação na elaboração, revisão e monitoramento dos planos de educação*. São Paulo: Ação Educativa, 2013a.

AÇÃO EDUCATIVA. *A elaboração e a revisão participativas de planos de educação*. São Paulo: Ação Educativa, 2013b.

AZANHA, José Mário Pires. Planos de educação: possibilidades e limitações. *Cadernos de História e Filosofia da Educação*, São Paulo, v. 4, n. 6, 2001, p. 239-244.

BRASIL. *Balanço do Plano Nacional de Educação: Campanha Nacional pelo Direito à Educação*. Semana de ação mundial, 2021. Disponível em:

[https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/BALANCO\\_PNE\\_2021.pdf](https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/BALANCO_PNE_2021.pdf). Acesso em: 7 mar. 2023.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Lei federal 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996*: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado, 1996.

BRASIL. *Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008*: regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

BRASIL. *Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014- 2016*. Brasília: Inep, 2016.

BRASIL. *Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do plano nacional de educação - 2018*. Brasília: Inep, 2019.

BRASIL. *Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação - 2020*. Brasília: Inep, 2020.

BRASIL. *Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação - 2022*. - Brasília: Inep, 2022.

BRASIL. *Lei n. 13.005/2014, de 25 de junho de 2014*: aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília: Senado, 2014.

BRASIL. *PNE em Movimento: caderno de orientações para monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação*. Brasília: MEC, 2016a.

BRASIL. *Coletânea de relatos de experiências sobre o monitoramento e a avaliação dos planos de educação*. Brasília: MEC, 2016b.

CONSELHO MUNIICIPAL DE EDUCAÇÃO. *Atas das reuniões: período de 10-04-2017 à 2020*. Livro 2, s/n.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS SUBNACIONAIS DE EDUCAÇÃO. *PNE em Movimento*, 2023. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/37-monitoramento-e-avaliacao-dos-planos-subnacionais-de-educacao>. Acesso em: 7 jan. 2023.

MONLEVADE, João. A. A importância do conselho municipal de educação na elaboração, implantação e acompanhamento da execução do plano municipal de educação. In.: CURY, Carlos (org.). *Programa nacional de capacitação de conselheiros municipais de educação pró-conselho: caderno de referência*. Brasília: MEC, 2004, p. 32-43.

SÃO PAULO. *Lei 16.279, de 8 de julho de 2016*: aprova o Plano Estadual de Educação de São Paulo e dá outras providências. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16279-08.07.2016.html>. Acesso em: 22 nov. 2022.

SÃO ROQUE/SP. *Decreto n. 5.187, de 17 de abril de 1998*: homologa o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação da Estância Turística de São Roque/SP. Disponível em: <https://www.legislacaodigital.com.br/SaoRoque-SP/DecretosMunicipais/5187-1998>. Acesso em: 26 jan. 2023.

SÃO ROQUE/SP. *Lei ordinária n. 4.442/2015, de 13 de julho de 2015*: Plano Municipal de Educação para o decênio 2015/2025. Disponível em: <http://www.camarasaoroque.sp.gov.br/leis/leis/2015/4442.pdf>. Acesso em: 22 set. 2022.

SÃO ROQUE/SP. *Conselho Municipal de Educação*: atas das reuniões, 2020-2021. Disponível em: <https://www.saoroque.sp.gov.br/portal/servicos/1041/cme---conselho-municipal-de-educacao/>. Acesso em: 22 set. 2022.

SILVEIRA, Viviane da Silva. *O conselho municipal de educação de São Roque/SP: a gestão democrática em debate*. Sorocaba: UFSCar, 2022. 168f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos.